

Caro Chico,

Seguem as respostas para os seus questionamentos:

1. **“Garantir a profissionalização do serviço público, com a substituição expressiva de servidores de cargos em comissão por servidores de carreira”.** Verificamos que houve uma redução significativa no número de comissionados (de um auge de 19,3 mil em junho de 2014 para 13,5 mil em setembro deste ano). Isso está de acordo com o plano de governo. Entretanto, verificamos também que o número de servidores públicos de carreira também caiu sensivelmente, de 112,8 mil em setembro de 2014 para 101,6 mil na contagem mais recente. Há a perspectiva de se contratar mais funcionários de carreira ao longo do ano que vem? Por que essa substituição não ocorreu? Segue aqui uma planilha com os dados completos sobre o assunto:
<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1W7LDAnVuJWeTh0irX-YkAiBSZYSj0BDzQSm7gVNAjBU/edit?usp=sharing>

De janeiro de 2015 até aqui, 9.069 pessoas selecionadas a partir de concursos públicos foram nomeadas. As nomeações se concentraram nas Secretarias de Saúde, da Segurança Pública e da Paz Social (PMDF, PCDF, CBMDF e SSP) e de Educação porque, até outubro deste ano, o Governo de Brasília se encontrava acima do limite prudencial de despesas com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Nesse contexto, as nomeações aconteceram somente para suprir as vacâncias ocasionadas por aposentadoria ou morte nestas três áreas prioritárias - Saúde, Segurança e Educação.

Em outubro de 2017, quando o Executivo ficou abaixo do limite prudencial da LRF - a primeira vez após dois anos e meio de gestão -, foi possível realizar nomeações para outras áreas. Órgãos como Secriança, Hemocentro, Procon, Seplag, PGDF, CGDF, Secult, Sejus e DPDF puderam convocar aprovados.

Para 2018, tem-se a previsão de nomeações da LDO, a qual pode ser consultada no link: <http://www.seplag.df.gov.br/images/LDO%202018/07-%20Anexo%20IV%20-%20Acr%C3%A9scimo%20em%20PESSOAL%20com%20Emendas.pdf>.

Ao todo, está prevista a nomeação de cerca de 19,8 mil servidores. Vale ressaltar que a LDO é uma norma autorizativa e não vinculativa - ou seja, as nomeações podem se realizar ou não, a depender da situação financeira.

Com relação à profissionalização de servidores, é importante salientar que a Escola de Governo promoveu cursos os quais alcançaram 47.661 capacitações desde janeiro de 2015. Além disso, o governo fez parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e convênios com Fundação Osvaldo Cruz e a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP). Firmou também protocolo de intenções com a École Nationale d'Administration (ENA), da França, para treinamentos institucionais, compartilhamento de experiências e de boas práticas locais entre profissionais dos dois países, e, inicialmente, não gerará custos para o Distrito Federal.

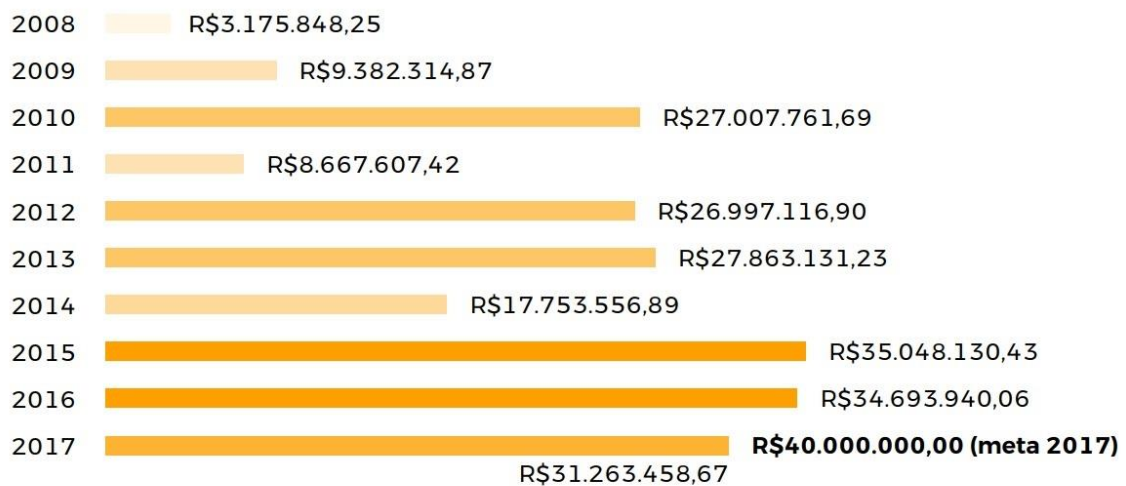
2. **“Ampliar os recursos para a cultura.”** Verificamos que, desde que o governador assumiu, o gasto com cultura reduziu significativamente. Em nenhum ano da atual

gestão o gasto com cultura foi maior que o de 2014, ano em que a gestão anterior menos gastou com cultura. Estamos considerando aqui valores nominais (ou seja, se considerássemos a inflação, esse número seria ainda menor). Além disso, o percentual do orçamento público gasto com cultura caiu de um patamar de 0,9% para 0,4% já no primeiro ano de governo (mas atingiu 0,7% neste ano). Em média, o governo anterior gastava 1,2% do orçamento com cultura ao ano, enquanto o atual gasta 0,5%. Por que, mesmo prometendo uma ampliação dos gastos com cultura, o governo atual decidiu reduzi-los? Há uma perspectiva de aumentar desses gastos no ano que vem? Segue aqui uma planilha com os dados completos sobre o assunto:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ZQuw4xb27jwNMOQpYPWhp23quH8rp8u4IvnOhyIazlw/edit?usp=sharing>

A Secretaria de Cultura informa que têm adotado uma política pública de incentivo aos produtores locais de cultura, no sentido de valorizar a identidade cultural do Distrito Federal e os profissionais que trabalham neste segmento da economia. De 2015 para cá, optou-se por diminuir drasticamente os gastos em cachês elevados de artistas consagrados e se privilegiou a realização de atividades culturais que dão vazão à produção brasileira, por meio de chamamentos públicos. Também foram ampliados os recursos destinados ao Fundo de Apoio à Cultura (FAC), que se tornou o maior canal de fomento direto de uma unidade da federação no País. Em três anos, o governo aplicou mais de R\$ 100 milhões em 1.089 projetos culturais.

FAC - Valor investido por ano no apoio em projetos culturais



A Lei de Incentivo à Cultura (LIC), criada em 2014, também foi ampliada nos anos seguintes. Isso representou um aporte de R\$ 27 milhões, de 2015 a 2017, na forma de isenção fiscal. Além disso, é preciso considerar na análise os investimentos que não são realizados diretamente pela Secretaria de Cultura, mas que o Governo de Brasília viabilizou para reformas dos espaços culturais. O Museu de Arte de Brasília (MAB), desativado desde 2007, está em obras que custarão R\$ 13 milhões, investidos pelo

Banco do Brasil; o Espaço Cultural Renato Russo recebe um total de investimentos de R\$ 5,6 milhões advindos da Terracap.

3. "Diminuir o déficit no quadro de pessoal do sistema público de educação."

Verificamos que o número de professores e a relação entre professores e alunos na rede pública se manteve estável entre a última gestão e a atual. Por que não houve redução nesse déficit? Há previsão de contratação de mais professores em 2018?

Segue aqui uma planilha com os dados completos sobre o assunto:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1VgYj3IXO9J33XTkX9eSaGRJVoXHn0O7jho8kC6QYSdm/edit?usp=sharing>

Conforme dito, de janeiro de 2015 a outubro de 2017, esta gestão se encontrava com as despesas com pessoal acima do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Neste período as nomeações aconteceram somente para suprir as vacâncias ocasionadas por aposentadoria ou morte nas áreas de Saúde, Segurança e Educação.

O concurso público regido pelo Edital nº 01/2013, de 4 de setembro de 2013, publicado na edição nº 185 do Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), de 5 de setembro de 2013, permanece válido até junho de 2018. Deste certame, foram nomeados 3,1 mil aprovados, três vezes mais que o previsto pelo edital: 859 vagas, considerando todas as especialidades e áreas de atuação.

Mesmo em um cenário de adversidade, em razão dos limites impostos pela LRF, a pasta realizou novo concurso para provimento de 800 vagas de vacância para o cargo de professor, cuja homologação foi divulgada no dia 25 de novembro de 2017. As nomeações de 600 professores já estão previstas para o início de 2018. Essas vagas correspondem a componentes não disponíveis no cadastro do concurso anterior.

Para 2018, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) autoriza a nomeação de 10.569 novos professores da Educação. Detalhes sobre essas autorizações podem ser vistas neste link: <http://www.seplag.df.gov.br/images/LDO%202018/07-%20Anexo%20IV%20-%20Acr%C3%A9scimo%20em%20PESSOAL%20com%20Emendas.pdf>

A Secretaria de Estado de Educação possui hoje cerca de 25,6 mil respondendo pelo atendimento em sala de aula. Anualmente, a rede pública de ensino conta, ainda, com o apoio de, em média, 6 mil professores temporários, que são contratados na medida em que há necessidade, para suprimimento das ausências ocasionadas pela posse de cargos de gestão, licenças e afastamentos por motivos de saúde, entre outros.

4. "Promover a educação integral em jornada integral". Verificamos que houve uma redução no número de crianças e adolescentes matriculados no Ensino Integral na Rede Pública. Segundo o Censo Escolar, do INEP, o percentual era de 7,4% em 2014 e caiu para 6,1% em 2017. Por que isso ocorreu? Há uma perspectiva de retomada dessa promessa no último ano de governo? Segue aqui uma planilha com os dados completos sobre o assunto: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1239g8J9vhZ-HmOo3i-CqTkgNjJ-slPI6Ku1TkcSt0M/edit?usp=sharing>

A Secretaria de Educação informa que hoje há 57.352 estudantes da rede pública matriculados em período integral. Em 2014, eram cerca de 31 mil. A rede possui 358 escolas com oferta em tempo integral, mas algumas modalidades de ensino, como os Centros de Educação da Primeira Infância (CEPIs), as creches conveniadas e escolas de natureza especial, como as escolas parque, não estão incluídos no sistema de registro que alimenta o censo escolar do Inep. A Secretaria de Estado de Educação acrescenta que a ampliação de vagas foi de 83% de 2014 para cá, beneficiando estudantes da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. Para 2018, espera-se a ampliação do atendimento integral aos estudantes do ensino médio, com a abertura de mais 3 mil vagas em 13 escolas.